

## ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL (MOÇAMBIQUE)

Brígida Martins D'Oliveira Singo

### Resumo

O objectivo deste artigo é apresentar uma opção para o estabelecimento de um processo de desenvolvimento rural sustentável com base na agricultura familiar. Para isto, inicialmente é feita uma análise histórica do processo de difusão de sistemas de produção agrária. Posteriormente, discute-se os conceitos: Estratégia; agricultura familiar; papel das Universidades no desenvolvimento sustentável e as possibilidades de sua implementação diante das inúmeras dificuldades socio-económicas. Em sequência são apresentadas questões relacionadas com as políticas públicas e algumas premissas para a implementação de um processo de desenvolvimento sustentável, com base na ação local. Reteira-se aqui que a necessidade da realização de uma reforma agrária é condição para que o desenvolvimento sustentável não encontre obstáculos e que cumpra todas as exigências que dela se fazem. Entretanto, o que não se pode negar é que o potencial socio-económico baixo, marginaliza grande parte da agricultura familiar. Mais recentemente, também não se pode deixar de reconhecer que há uma força de trabalho que migra atraída pela pouca indústria existente, a partir da superação e da saturação do mercado de trabalho na comercialização, sector que absorve mão-de-obra com pouca qualificação, passa a ter uma elevada taxa do desemprego. Assim, como já alertava RANGEL (2000), a questão agrária resurge, como sendo necessário reabsorver a força de trabalho sobrando no urbano. Na agricultura poderá acontecer o mesmo, pois o progresso tecnológico, principalmente em culturas intensivas, onde a mão-de-obra que já não encontra mais lugar em função de sua baixa qualificação, forma um contingente expressivo de indivíduos desempregados no campo que, somados com os da cidade evidenciam uma situação aguda de marginalização.

Neste momento, a reforma agrária surge com uma necessidade diferenciada a dos anos 50, pois agora a preocupação diz respeito a questões sociais, predominantemente. É nesse contexto que a proposta de desenvolvimento local Sustentável deve incluir a agricultura familiar como um dos pilares nesse processo, significa uma alternativa viável e, no entender da autora, necessária, pois implica a possibilidade de geração de emprego a uma população menos qualificada para inserir-se nos mercados de trabalho.

Propostas desse tipo vêm sendo implementadas, a nível internacional e nacional, embora a prioridade das políticas governamentais, em termos de recursos a ele destinado ainda estivessem longe do necessário.

**Palavras-chaves:** Estratégia, agricultura Familiar e papel das Universidades no desenvolvimento local sustentável.

## **Abstract**

The purpose of this article is to present an option for establishing a sustainable rural development process based on family farming. For this, we first made a historical analysis of agricultural production systems diffusion process. Subsequently, the concepts are discussed: Strategy; family farming; the role of Universities in sustainable development and the possibilities of its implementation in the face of numerous socio-economic difficulties.

In sequence are presented issues related to public policies and some premises for the implementation of a sustainable development process, based on local action.

It is pointed out here that the need to carry out an agrarian reform is a condition for sustainable development does not find obstacles and complies with all the requirements that are made of it. However, what cannot be denied is that the low socio-economic potential marginalizes much of family farming. More recently, it can also be recognized that there is a labor force that migrates attracted by the little existing industry, due to the overcoming and saturation of the labor market in marketing, a sector that absorbs low-skilled labor, now has a high unemployment rate. Thus, as RANGEL (2000) already warned, the agrarian issue reappears, as it is necessary to reabsorb the surplus labor force in the urban.

The same may happen in agriculture, as technological progress, especially in intensive cultures, where the labor force that no longer finds more place due to its low qualification, forms an expressive contingent or a significant number of unemployed individuals in the field who, added with those in the city show an acute situation of marginalization. At this moment, the agrarian reform arises or comes up with a different need to that of the 50s, because now the concern relates to social issues, predominantly. It is in this context that the proposal for local sustainable development must include family farming as one of the pillars in this process, it means a viable alternative and, according to the author's opinion, necessary, as it implies the possibility of job creation or generating employment for a less qualified population to insert in the labor markets.

Proposals of this kind have been implemented, at the international and national level, although the priority of government policies, in terms of resources allocated to it, was or were still far from necessary.

**Keywords:** Strategy, Family Agriculture and the role of Universities in sustainable local development.

## **Introdução**

Analisando historicamente o processo de evolução tecnológica na agricultura, verifica-se que esta sempre foi objecto das observações objectiva de todos os que procuravam melhorar as práticas correntes. Isto implica um acúmulo de conhecimentos que possibilita, ao homem, dispor de tecnologias de produção agrícola que diminui as restrições ambientais a esta actividade. Assim, por meio do artificialismo do ambiente natural, procura-se sempre obter alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para garantir os padrões nutricionais e a sustentabilidade das diferentes esferas das sociedades. Até a Segunda Revolução Agrícola (séc. XVIII e XIX), com a disseminação do sistema de rotação ficou conhecido, o processo de inovação na agricultura caracterizado por tecnologias. Esta inovação incluía a rotação de culturas e integração entre actividades de produção vegetal e animal, que respeitavam e procurava superar as limitações ecológicas ambientais, em que a actividade agrícola, utilizava de forma adequada e sábia as próprias leis da natureza. Entretanto, com a disseminação dos conhecimentos da química no sector agrícola, a partir do século XIX, este processo teve sua lógica modificada, geralmente passou a considerar não ser necessário seguir as regras ecológicas.

As regras ecológicas básicas de gestão da natureza passaram a ser vistas como desnecessárias à prática agrícola por se considerar que o carácter ambientalmente agressivo da então chamada agricultura moderna era um mal necessário, que podia ser superada com algumas práticas conservacionistas. (ROMEIRO, 1996). Nos marcos dessa concepção agrária, a pesquisa e o desenvolvimento dos sistemas de produção foram orientados para a incorporação de tecnologias destinadas a maximizar o rendimento das culturas em situações ecológicas distintas. A difusão dessa estratégia condicionou até certo ponto um crescimento considerável nos países subdesenvolvido, mas a preocupação foi o que seria tecnologicamente apropriado para a pequena produção familiar. Embora as variedades seleccionadas, os agroquímicos e a irrigação fosse neutro sob o ponto de vista da técnica, mas os elevados investimentos que eram necessários para a adopção dessa tecnologia, levaram a uma disputa por recursos escassos nos países pobres. A exclusão dos agricultores pobres, nos investimentos mínimos necessários levou a uma mudança de atitude nas instituições de pesquisa agropecuária. Embora as variedades,

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

agroquímicos e irrigação continuassem sendo considerados, pelos responsáveis da pesquisa nessas instituições, como a opção tecnológica mais eficiente e ficou claro que para a grande maioria dos agricultores pobres a adoção dessas tecnologias seria impossível pelas razões apontadas anteriormente, pelo menos a curto e médio prazos. Neste sentido, pensou-se ser indispensável oferecer alternativas, apropriadas, para a melhoria dos sistemas produtivos que fossem financeiramente acessíveis a esses produtores e lhes permitissem iniciar uma trajetória de capacidade produtiva. Assim, em vez de adaptar sistemas produtivos, por meio de investimentos elevados em agroquímicos e irrigação, deve-se incentivar por um lado, pesquisas interdisciplinares alternativas de representação da realidade agrária como um espaço geográfico, cujo objectivo é evidenciar as heterogeneidades naturais e as diversidades sociais, a fim de melhor compreender as dinâmicas existentes por detrás de complexidade de situações agrárias existentes em Moçambique. Por outro, a universidade pode através dessas pesquisas, cruzar os diferentes olhares disciplinares sobre uma mesma realidade e trazer adaptações das variedades às restrições de cada ecossistema agrícola (eis o papel das universidades). Este procedimento de pesquisa tem como base duas ferramentas distintas e complementares (análise e catalogação dos espaços). A análise ocupa lugar de destaque, pois é ao longo de sua construção que ocorrem entre os pesquisadores, por exemplo, os diálogos sobre:

- as variedades resistentes a seca/ doenças,
- a baixa fertilidade e/toxicidade dos solos,
- a fixação de nitrogênio atmosférico etc.

Este redireccionamento permite porém, o estudo de variedades e irrigação, mas também o surgimento de movimentos agrários rotativos ao convencional, contrapondo-se a dissipação do conhecimento tradicional e a deterioração da produção de alimentos. Para esses movimentos a solução não estava na rotação, mas no rompimento da monocultura e o redesenho de modelos alternativos de produção agrícola que minimizasse a necessidade de insumos externos à propriedade. Esta posição intensificou então, o reconhecimento de modelos agrícolas que considerassem as diferentes interações ecológicas para a produção. Assim, a implementação do conceito “*desenvolvimento sustentável*”, exige a harmonização e racionalização, não somente entre o homem e a

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

natureza, mas principalmente entre os homens. Os homens devem ser sujeito ao processo de desenvolvimento, no qual respeitam as características étnico-culturais e melhoram a qualidade de vida. Por tanto, as ações do desenvolvimento devem priorizar programas que tenham suporte em projectos comunitários que procurem sempre alcançar objectivos comuns dos grupos envolvidos.

### **Estratégia de Desenvolvimento Local Sustentável**

A produção agrária é gerada por dois sectores essenciais, os pequenos produtores e comerciantes agrário. Os pequenos produtores tem características heterogêneas as diferentes prática produtivas (sequeiro, técnicas elementares de baixo nível de aplicação de insumos, e a mão-de-obra familiar), que pode ser paga de acordo com as necessidades e oportunidades de mercado. Na “Agricultura familiar” os empreendimentos têm duas características principais: eles são administrados pela própria família e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Por isso que se a gestão é familiar e o trabalho é também predominantemente familiar. Neste contexto, um estabelecimento familiar, é uma unidade de produção e de consumo, onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família.

De acordo com CONCEIÇÃO (2009, p. 5), no trabalho familiar cada membro desempenha um papel importante e para não suprimento da necessidade de trabalho, surge ajuda mútua na qual fortalece a interacção entre os agricultores. Além disso, nas técnicas utilizadas pelo agricultor familiar, existe a preocupação de manter em equilíbrio os recursos que sustentam a produção. CONCEIÇÃO (2009) também evidencia que, a agricultura familiar apresenta potencialidades que, advém da própria natureza da produção familiar, como por exemplo, a diversificação da produção, que constitui estratégia de redução de riscos e incertezas. Outra evidencia utilizada pela agricultura familiar tem a ver com baixo nível de capitalização e de uso de insumos, possibilitando a redução da dependência aos insumos e aos serviços de difícil acesso (extensão) nos mercados locais. Segundo GOMES (apud GLIESSMAN (2000:53/54) para que uma agricultura seja considerada sustentável deve respeitar o seguinte: ter efeitos negativos mínimos no ambiente (não liberar toxinas); preservar e recompor a fertilidade, prevenir a

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

erosão e garantir a saúde ecológica do solo; usar água de forma que satisfaça as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas. Garantir a igualdade de acesso ao conhecimento e tecnologias adequados. Nesse contexto a agricultura familiar surge como forma de “desenvolvimento sustentável”, em determinada região.

As linhas de orientação do desenvolvimento da agricultura familiar em Moçambique, passa necessariamente por uma análise da realidade da agricultura familiar hoje e das directrizes políticas traçadas pelo Governo. O sector agrário em Moçambique é constituído essencialmente pelo sector familiar, que pratica uma agricultura de subsistência, a qual depende principalmente das quedas pluviométricas (chuvas). Devido à localização geográfica do País, é afectado sistematicamente por calamidades naturais (principalmente secas, cheias etc), sendo por isso, importante investir em tecnologias que visam ao aproveitamento da água, como uma das estratégias de desenvolvimento do sector agrário. Actualmente o desenvolvimento agrário do sector familiar é constrangido pela fraqueza das infra-estruturas: vias de acesso, electrificação, postos de distribuição de combustível, telecomunicações, facilidades de financiamento, comercialização e armazenamento. Estes são os elementos de dinâmica que devem ser considerados quando se faz uma análise do sector agrário familiar em Moçambique.

O facto de sector agrário em Moçambique ser constituído essencialmente pelo sector familiar, o que contrasta com a estrutura que é apresentada em outros países, cria algumas dificuldades, mas apresenta uma oportunidade de promover de estratégias de crescimento a favor dos pobres, enfatizando a necessidade de transformação do sector familiar. Segundo o Censo Agro-pecuário (CAP, 1999-2000), a agricultura familiar é constituída essencialmente por pequenas explorações (aquelas que cultivam menos de 5 hectares) e as médias explorações agropecuárias são constituídas por unidades no país. O Trabalho de Inquéritos Agrícola (TIA, 2002) indica que os serviços de extensão ainda são limitados e poucas áreas no país estão cobertos por estes serviços públicos; apesar do reforço que estes serviços recebem das ONGs, a sua cobertura ainda é relativamente fraca. Segundo o TIA (2002), a caracterização do sector agrário no país é consistente em vários aspectos, contudo, há aspectos que são mais marcantes e que merecem mais atenção: o uso de tracção animal e criação pecuária é concentrado no Sul e centro do que no Norte, devido

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

principalmente, a presença da mosca Tse-Tsé e condições edafo-climáticos; o uso de insumos agrícolas, como fertilizantes e pesticidas é extremamente baixo e focalizado principalmente nas zonas peri-urbanas, para as culturas de algodão, tabaco e hortícolas; enquanto a utilização de rega, é mais concentrada no Sul, Centro e o Norte. Estes aspectos exigem que os moçambicanos reconheçam a necessidade de transformação de uma economia agrária de baixo rendimento para uma agricultura mais integrada, orientada para criação de emprego, auto-suficiência alimentar, produção de matéria-prima para indústria e exportação.

Por tudo o que foi dito, pode-se concluir que há necessidade de uma Ação Local que possa abranger segmentos dos agricultores, particularmente os familiares, e como já se afirmou anteriormente, vêm perdendo gradualmente o vínculo que mantinham com os mercados locais. Os impactos do processo de desvinculação, presentes em maior ou menor grau nas diferentes regiões, condicionou o processo de exclusão e desagregação da produção familiar. Exemplos disso é a posição tomada pelo Governo de Moçambique com o poder público local, visando a constituição de fundos de aval que viabilizem o acesso ao financiamento, pois, de outra forma, estariam novamente excluídos dos mecanismos de crédito. Por isso, o desenvolvimento local, em minha opinião, precisa ser pensado como alternativa à agricultura familiar marginalizada e como projeto de desenvolvimento local de municípios estritamente agrários (ou rurais).

Na perspectiva de construir um modelo de desenvolvimento que venha atender às necessidades políticas, econômicas e sociais de comunidades rurais em seus diferentes níveis, deve incluir em sua estrutura mecanismos de participação dos vários actores das comunidades, que possam desenhar estratégias alternativas de desenvolvimento (MIOR, L. C., 2005). Este novo arranjo relaciona-se com a implementação de práticas que leva a sociedade civil a emergir e participar activamente do processo de desenvolvimento sócio-econômico. Estas práticas participativas são imprescindíveis, pois, não só eliminam barreiras sócio-culturais e políticas ao desenvolvimento, mas também proporcionam a participação da comunidade nos processos decisivos de desenvolvimento local. Este arranjo, considerado por ALVES (1999), como a que deve trazer mudanças capazes de propiciar o desenvolvimento sustentável, pois trata-se de apostar numa nova prática, que

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

se contrapõe à prática tradicional dependente das quedas pluviométricas. A nova prática exige credibilidade, transparência, factores de desenvolvimento sustentável.

PARENTE & ZAPATA (1998) definem o desenvolvimento local como "um processo econômico-sócio-territorial, onde aproveita-se as vantagens competitivas para construir o desenvolvimento integrado (social, político, cultural e tecnológico). Não se pode entender o local apenas como o espaço, mas um processo em que se valoriza sobretudo, as ações de comunidades rurais, comprometidos com a transformação das suas unidades produtivas em prol de desenvolvimento sustentável e adaptado à sua realidade sociocultural (AMORIM, L. S. B.; STADUTO, J. A. R., 2007).

O desenvolvimento local sustentável pressupõe o envolvimento da sociedade na concepção, planificação e execução, na qual não se privilegia determinado sector em detrimento de outros e se faz necessária a participação cada vez mais activa de outros sectores (PREZOTTO, 2005). Estudos mostram que projecto dos vulgos sete milhões é uma exigência do desenvolvimento sustentável da sociedade, que buscam novas práticas reconhecendo a necessidade de um trabalho conjunto que por exemplo visem melhor distribuição de recursos, um posicionamento bastante necessária no segmento da agricultura familiar.

No processo de desenvolvimento local não deve haver desvinculação entre o estado, mercado e sociedade, ao contrário, é necessário a formação de sinergia entre os três elementos no desenvolvimento sustentável, de modo que se complementem e cooperem entre si, visando a promoção da evolução da agricultura familiar. O vínculo desta cooperação entre os três elementos, reside na ação local proporcionada pela descentralização administrativa. (FRANCO, 2000 p.121). Nesse contexto, a questão central, para autora, é se esta capacidade de resposta a partir do local, e com base na agricultura familiar, onde a família muitas vezes nem se evidencia, pode emergir, se expandir e condicionar uma trajectória de desenvolvimento local, onde o rural é uma peça essencial.

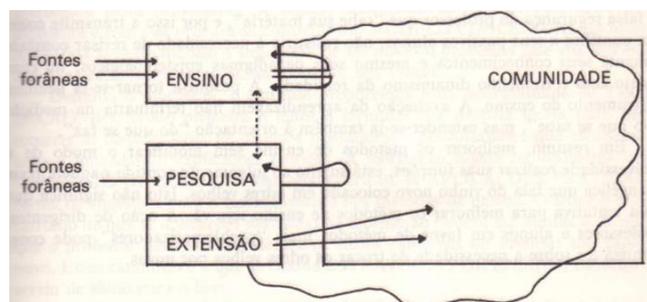
Afirmativamente, a hipótese que autora defende, é de que o projecto dos vulgos sete milhões pode e deve ser considerado não somente como alternativa de superação das dificuldades econômicas e sociais dos produtores familiares, mas sobretudo, como eixo

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

fundamental e estratégico para um desenvolvimento local, dinamizado a partir dos agricultores familiares. Entretanto, cabe a actividade de “*pesquisa e extensão universitária*” avaliar até que ponto o projecto dos vulgos sete milhões tem cumprido com papel de constituir-se numa estratégia política de desenvolvimento rural/local de resgate á agricultura familiar marginalizada e eleva-la à condição de um setor estratégico para o desenvolvimento local sustentável. Ainda na referida questão, cabe a “*pesquisa e extensão universitária*” analisar se o projecto dos sete milhões, a sua forma de implementação e o seu alcance, contribui de facto para produzir um impacto territorial em torno do desenvolvimento local sustentável. Obviamente que, para isso, o fundo deve converter-se em projecto verdadeiramente prioritário, com destinação de recursos a essa prioridade. Através deste enfoque de desenvolvimento local, o projecto dos sete milhões deve promover a participação da comunidade local na implementação e gestão do mesmo, de modo que possa trazer inovações criativas para a geração de actividade e emprego no território.

### **Funções da universidade e os métodos de ensino**

As metodologias didácticas jamais devem ser consideradas, o fim de tudo, mas um meio para que as universidades cumpram as suas funções sociais. Logicamente que a modernização dos métodos não garante por si que a universidade integra-se no meio, a identificar-se com os seus problemas e influir na transformação da sociedade. De facto isso está ocorrendo, que algumas universidades ensinem técnicas obsoletas utilizando as técnicas didácticas modernas, como preconizam as TICs. Neste contexto é necessário situar o verdadeiro papel do ensino como função das universidades em relação à sociedade. A definição do seu papel fornecerá uma orientação essencial para o tipo de metodologia a adotar. A questão como as funções básicas da universidade (ensino, pesquisa e extensão) estão realmente funcionando, tenho o seguinte esquema:



O *Ensino*, que recebe a maior parte das estratégias e recursos do sistema universitário, nutre-se principalmente de conhecimentos que vêm dos países desenvolvidos e que em geral tem pouca relação directa com os problemas da comunidade em que está inserido. A *Pesquisa* estuda problemas que oferece oportunidades de uma participação significativa dos alunos. A *extensão universitária*, recebe uma atenção marginal do sistema, leva a comunidade de forma unilateral, portanto os frívolos das preocupações universitárias. Além disso, verifica-se um paralelismo e isolamento entre as três funções, de tal forma que nem a **pesquisa** alimenta o **ensino**, nem a **extensão** tem interação significativa com ambas. Nesta situação é lógico que a metodologia do ensino se caracterize por uma orientação convergente, de mera transmissão de conhecimento enlatados. Diferente seria um cenário em que as funções da universidade fossem reformulados e novas relações mais dinâmicas fossem estabelecidas entre o *Ensino*, *Pesquisa* e *Extensão*. Neste novo cenário o objectivo básico seria a *extensão*, redefinida e ampliada como promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade. Significa a acção da universidade é junto a população resolver os seus problemas prioritários e transformar a sociedade. A *pesquisa* e o *ensino* viriam então, a ser autênticos instrumentos da promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade. A *pesquisa* diagnostica os problemas fundamentais e procura soluções dos mesmos. O *Ensino* capacita professores, alunos e comunidade para o diagnóstico dos problemas e para aplicação das soluções encontradas.

Nessa esteira a universidade não substituiria as instituições públicas e privadas encarregue de solucionar os problemas da população, cooperaria com elas em *diagnóstico, pesquisa e capacitação*. É evidente que, assumindo a universidade um papel dinâmico nesta acção, a metodologia de ensino não poderá conservar moldes actuais. A

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

falsa segurança do professor que sabe a sua matéria e por isso a transmite a seus passivos alunos, não resistiria a necessidade de revisar constantemente os seus conhecimentos e os seus paradigmas epistemológicos no confronto com o tremendo dinamismo da realidade. A pesquisa tornar-se-ia génio instrumento do ensino. A avaliação de aprendizagem não terminaria na medição do *saber*, mas estender-se-ia também á orientação do *fazer*.

Em resumo, melhorar os métodos de ensino sem modificar o modo de a universidade realizar as suas funções, está sujeito ao julgamento bíblico que fala do *vinho novo colocado em odres velhos*. Isso não significa que toda a tentativa para melhorar os métodos seja em vão. A acção de dirigentes, professores e alunos em favor de métodos problematizadores pode conscientizá-los sobre a necessidade de trocar os *odres velhos por novos*.

### **Papel da universidade na inovação e no desenvolvimento local sustentável**

O objectivo da pesquisa universitária é identificar os limites e as possibilidades de sua contribuição para a inovação e o desenvolvimento local sustentável e como se tornar universidade empreendedora. O referencial teórico revela que os principais resultados indicam que ainda são incipientes os esforços empreendidos pelas universidades para estimular actividades de pesquisas inovadoras entre o seu corpo docente, bem como ações que estimulem o desenvolvimento da agricultura familiar. Na percepção de alguns pesquisadores no referencial teórico, as principais barreiras das universidades estão relacionadas à necessidade de melhoria dos seus programas curriculares, no sentido ampliação, divulgação da universidade, seus trabalhos junto à sociedade e ao estabelecimento de mecanismos que estimulem a transformação da pesquisa básica em tecnológica e inovativa. Os dados da pesquisa no referencial teórico indicam também a importância de líderes académicos capazes de mobilizar a universidade na realização de actividades de interação com a sociedade, estimulando as bases de uma universidade empreendedora. Uma das grandes questões que se coloca hoje para a universidade é definir qual é o seu papel em uma sociedade baseada no conhecimento. Se na era industrial ela desempenhou um papel secundário, fornecendo pessoal qualificado e pesquisa básica (ETZKOWITZ; ZHOU, 2007), hoje a universidade deve se tornar mais

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

engajada no suporte à inovação e na liderança de políticas locais do desenvolvimento em direção a uma abordagem mais empreendedora (COOKE et al, 2007). Ao mesmo tempo, a universidade precisa também de preservar a sua orientação aberta e de longo prazo na pesquisa acadêmica (OLIVEIRA, 2008). A situação de transição vivenciada nos dias de hoje, assemelha-se à ocorrida na primeira revolução acadêmica na Alemanha, em meados do século XIX, na Universidade de Humboldt, onde foi concebido que uma das missões da universidade era a pesquisa. Antes de Humboldt, o papel da universidade era o de sistematizar o conhecimento existente (TEIXEIRA, 1988). A segunda revolução acadêmica trata-se de um novo contrato social entre a universidade e a sociedade, onde o apoio estatal se mantém na medida em que a pesquisa desempenhe um papel importante no desenvolvimento econômico (BRISOLA, 1998). Neste contexto, o objectivo deve ser identificar os limites e analisar as possibilidades de contribuição das universidades na pesquisa para a inovação e o desenvolvimento de sua região de influência.

As universidades estão, num processo de transformação cultural, passando a desempenhar um papel importante na emergente sociedade do conhecimento. Esse processo de transição, condiciona a adição da função de desenvolvimento econômico e social na missão das universidades, que está ocorrendo em muitos países (ETZKOWITZ, 2008). Este autor argumenta ainda, que a universidade após a segunda revolução acadêmica pode, e deve ser, uma universidade empreendedora contribuindo para o desenvolvimento regional. Uma universidade empreendedora engloba ensino, pesquisa e serviço de extensão para a sociedade, não num processo linear, mas numa constante retro-alimentação de cooperação trilateral (ETZKOWITZ et al, 2005). Os acadêmicos desempenham o papel de agregar valor as empresas e este processo de aprendizagem melhora a qualidade da educação e o foco da pesquisa. É um processo contínuo e fundamental de aquisição, e divulgação de conhecimento. As universidades públicas criadas entre 1920 e 1960 tinham como missão principal o ensino. Em 1960 elas começaram a incorporar actividades de pesquisa com os programas de pós-graduação. Desde a década de 1990, o modelo de desenvolvimento econômico enfatiza a eficiência na gestão e inovação para melhorar a competitividade. Por isso um conjunto de actividades de interação entre universidades e empresas devem ser estimulados, com destaque para serviços tecnológicos, serviços de educação, projectos de pesquisa conjuntos com as

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

empresas incubadas. A partir de meados do ano 2000, destaca-se a ampliação das universidades públicas e acrescenta-se a este facto, exigência do apoio financeiro às actividades de pesquisa voltadas para o desenvolvimento. Agora o desafio se renova, as universidades de pesquisa tem neste novo século a missão de levar para a sociedade os conhecimentos adquiridos nas pesquisas, transformando a ciência em desenvolvimento econômico, gerando maior riqueza e bem-estar social. A maioria das universidades desenvolvera, na estrutura original como Institutos Superiores, criada como instituições independente, que oferecem um elevado nível de educação. Quando, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MEDH) criou um programa para expandir as universidades públicas, elas aproveitaram a oportunidade e criaram novos cursos de graduação principalmente em áreas (administração de empresas, administração pública, ciências contábeis etc) não habituais e o desenvolvimento de pesquisa insere-se como actor no desenvolvimento regional. Exactamente neste período, devia-se ter iniciado a aproximação com o poder político local e criar dois grupos de pesquisas. O primeiro grupo de pesquisa seria em desenvolvimento econômico e social, que promovesse projectos de desenvolvimento orientados a interação universidade-comunidade. O segundo grupo de pesquisa empenhava-se nas actividades iniciais de academia. Actualmente as universidades possuem cursos de graduação em áreas diversificadas, além de cursos de Pos-Graduação (Mestrado e um de Doutorado). A inovação na universidade está muito mais ligada a incubadoras de negócio, algo que vêm do próprio desenvolvimento do conhecimento a partir das universidades.

Em países como nosso, a maioria das universidades não tem nenhuma ligação com o sector produtivo e elas estão muito vinculadas à pesquisa básica, a maior parte delas simplesmente não estão preparadas para este desafio, então elas são quase que forçadas a aderir a indução e criar das suas incubadoras. Eu diria que no país, poucas universidades conseguem se adequar a este modelo de desenvolver e produzir a partir dele tecnologia e inovação, aproximando a universidade da indústria.

## **Conclusão**

Como as diretrizes estratégicas das universidades não são bem definidas e conseqüentemente os instrumentos para sua aplicação também se apresentarem escassos,

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* **ISSN 2594-8806**

o fomento é talvez o único estímulo externo para mobilização de docentes para se engajarem na formação de grupos de pesquisa e outros projectos, que são os embriões para os processos de interação das universidades com a sociedade. Este factor reforça que a motivação individual (intrínseca) tem um grande peso no estímulo do empreendedorismo dos actores académicos. A motivação individual se apresenta como um fator crucial para que o pesquisador leve adiante seus projectos, estando estes vinculados, na maioria das vezes, às suas necessidades individuais e competências pessoais. Assim, novamente é realçada a importância das lideranças académicas que, além de desempenharem o papel de mobilização de recursos e pessoas no desenvolvimento de projectos diversos, acabam se tornando também fonte de influência e inspiração junto aos demais atores do meio universitário.

Hoje o principal papel que as universidades têm desempenhado é o ensino. A inovação também não é uma realidade para elas e o desafio é estender o vínculo positivo já criado com a comunidade local, por meio do ensino, para actividades como o desenvolvimento de projectos nas áreas técnicas, ampliando seu campo de actuação. Estes projectos podem aproveitar o potencial de contribuição das universidades para sociedade, que abrange entre outros: a capacidade de apoiar a formulação de políticas públicas, gerar/transformar conhecimento em produtos, criar novas empresas, apoiar a revitalização de empreendimentos tradicionais. Como já evidenciei as universidades são hoje actores que têm um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento local sustentável.

Ao trazer esta discussão-reflexiva no artigo, supõe-se a evidência da prática interdisciplinar em pesquisas académicas, principalmente em desenvolvimento rural, possa permitir buscar novas formas de integração técnico-científico na perspectiva de desenvolver objectos e métodos de observação que possam ir para além da disciplina tradicionalmente dedicadas a área agrária. Neste sentido, a discussão-reflexiva universitária da realidade agrária em Moçambique, pode a meu ver, constituir caminho precursor na construção da prática de pesquisa interdisciplinar. É importante aqui salientar, que os instrumentos de pesquisas interdisciplinares consistem como qualquer outro tipo de pesquisa, buscar explicações sobre a realidade e os fenómenos observados. Claramente constitui, sem dúvida, um desafio para os pesquisadores, enveredar por um caminho que abre perspectivas promissoras para descobertas na área agrária, pois convida

a evoluir na pesquisa acadêmica, ferramentas de relevância aplicável, como a observação e a entrevista.

Reitero aqui que a defesa da necessidade da realização de uma reforma agrária como condição para que o desenvolvimento, que não encontrasse obstáculos foi desfeito ao longo das últimas décadas. Entretanto, o que não se pode negar é que esse processo, marginalizou grande parte dos agricultores familiares e que nesse momento, a reforma agrária surge com uma necessidade diferenciada. É nesse contexto que a proposta de desenvolvimento local que inclua a agricultura familiar como pilar desse processo significa uma alternativa viável e, no meu entender, necessária, já que implica na possibilidade de geração de emprego a uma população pouco qualificada para inserir-se nos mercados de trabalho.

### **Bibliografia**

1. ALBUQUERQUE, F. “**Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do Progresso Técnico.**” Fortaleza, 1998.
2. ALVES, A. M. da S., *Desenvolvimento Local* com a participação da sociedade civil, 1999
3. BRISOLA, S. N. **Relação universidade-empresa: como seria se fosse.** In: Instituto Brasileiro Informação em Ciência e Tecnologia. Interação Universidade-Empresa. Brasília: IBICT, 1998.
4. *CONCEIÇÃO*, Pesquisa de sistematização e caracterização de **agricultura sustentáveis** em ambientes ecológica e desenvolvimento econômico, 2009.
5. ETZKOWITZ et al, Reconstrução criativa: hélice tríplice e inovação regional. Rio de Janeiro: *Inteligência Empresarial/Crie/Coppe/UFRJ*, n. 23, 2005.
6. ETZKOWITZ, H. e ZHOU, C. ‘Regional Innovation Initiator: The Entrepreneurial University in Various Triple Helix Models’, Triple Helix 6th Conference theme paper, Singapore. 2007.
7. FRANCO, A. “**Por que Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.**” In: *Século XXI- Uma Revista de Futuro- Instituto de Política*.2000.
8. GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Instituto de Economia – IE/Unicamp, 1996.
9. GOMES, IVAIR., Centro de Desenvolvimento Sustentável, Ambiente e Agricultura, Brasília 2000. 92p
10. PREZOTTO, L. L. A sustentabilidade da agricultura familiar - Implicações e perspectivas da legislação sanitária para a pequena agroindústria. Fortaleza/CE: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
11. MIOR, L. C. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural . Chapecó: Argos, 2005.

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* **ISSN 2594-8806**

12. AMORIM, L. S. B.; STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento territorial rural: estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XVI, Londrina/PR, 2007.
13. PARENTE, S.; ZAPATA, T. Parceria e articulação institucional para o desenvolvimento local integrado e sustentável. Recife: PNUD: BNB. il. (BNB. Cadernos Tecnicos, 4), 1998. 63 p
14. RANGEL, G., Debater a questão do desenvolvimento agrícola e do desenvolvimento territorial *sustentável*, bem como o papel das ... prado 2000
15. ROMEIRO, A. R., Agricultura sustentável, tecnologia e desenvolvimento rural. Agricultura Sustentável, Jaguariúna, v. 3, n. 1-2, p. 34- 42, 1996.
16. TEXEIRA, A., contribuições para o desenvolvimento *sustentável* e a qualidade dos alimentos, *agricultura* química, crescente adensamento de assentamentos de toda a atual concepção (1988),

**Recebido: 24/7/2020. Aceito: 27/7/2020.**

**Autora:**



**Brígida Martins D'Oliveira Singo**, PhD in Educational Sciences, TU Dresden – Germany, Vice - Rector for Academic Affairs, Universidade Licungo

Av. Julius Nyerere, Campus Murropué  
Quelimane - Mozambique

FCT, Department of Vocational Education, UL  
[bisingo@gmail.com](mailto:bisingo@gmail.com) Cellphone: +258 827866506